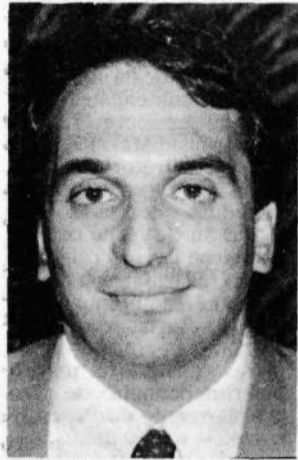


# Cabral: "Tentaram me subornar"

Ele denuncia pressão da Souza Cruz e Reynolds pela propaganda



Dirigentes da Associação Brasileira de Propaganda fizeram um ostensivo lobby pela livre propaganda



Feldman: frustrado

## Feldman faz denúncia de falso acordo

As 19h30 da última terça-feira, num gabinete da Câmara dos Deputados, os constituintes designados pela direção do "Grupo do Consenso" para definir a questão do meio ambiente concluíam um texto minucioso, a ser submetido a negociações junto ao "bloco dos 32". Uma hora e meia antes, contudo, na sede da Fundação Israel Pinheiro, o senador Fernando Henrique Cardoso e os deputados Sandra Cavalcanti e Israel Pinheiro Filho já haviam anunciado à imprensa a fusão dos textos das duas facções em um único documento, bastante parecido com a proposta sucinta elaborada pelos "32".

A denúncia foi feita ontem pelo deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP), integrante do "Bloco do Consenso" e um dos responsáveis pela emenda ecológica patrocinada por aquele grupo. Irritado com o pretenso acordo divulgado ontem pela imprensa, o parlamentar chegou a procurar esclarecimentos junto ao líder do seu partido no Senado e autor da informação, Fernando Henrique Cardoso. Saiu do gabinete deste como entrou: perplexo e insatisfeito.

Ameaçando abandonar o grupo liderado pelo deputado Euclides Scalco, já que considera o acordo em relação ao meio ambiente "um acinte", Feldman chegou a comparar a Constituição a um circo: "Se for para aprovar a palhaçada proposta pelos '32', era melhor que nem houvesse nova Constituição. Pelo menos o povo saberia que a defesa da natureza no Brasil permanece como sempre: ou seja, não existe".

Na opinião do deputado paulista, o texto divulgado como resultado do acordo é inócuo, na medida em que remete todos os assuntos referentes ao tema para a legislação ordinária. Se prevalecer esta fórmula, como lembrou, não aparecerá na Constituição sequer os aspectos fundamentais da defesa ecológica, como a avaliação do impacto ambiental das grandes obras, que a seu ver devem até ser precedidas de referendo popular.

Entre as reivindicações que o movimento ecológico não abre mão de que constem da Constituição, Feldmann citou a garantia da diversidade genética, que permitirá o patenteamento de sementes. Ele entende, ainda, que o meio ambiente puro deve constar da Carta como um dos direitos básicos da cidadania, enquanto os atentados contra a natureza precisam ser criminalizados para que a futura lei regulamentadora tenha condições de estabelecer penalidades.

No princípio da noite, o líder do "Grupo do Consenso", deputado Euclides Scalco, confirmou que não houve acordo em torno do meio ambiente. Ele desconhece o texto que chegou à Fundação Israel Pinheiro na tarde de terça-feira e teria servido de base para as negociações com o "bloco dos 32". Entendimento, disse o deputado, só houve em torno de seis temas: sistema financeiro, saúde, comunicação, questão urbana, sistema tributário e princípios gerais da ordem econômica. Quanto aos demais, incluindo o meio ambiente, a sua facção está liberada para apresentar emendas modificativas.

## Lula defende a estabilidade e condena abono

Nem a expectativa em torno do pronunciamento de Lula (PT-SP) conseguiu atrair muitos constituintes à sessão extraordinária de ontem à noite, que discutiu Direitos Trabalhistas e Liberdade Sindical. A sessão começou pontualmente às 18h45min, com menos de trinta constituintes no plenário e galerias vazias. Pouco mais de uma hora depois, porém, quando Lula falou, já havia um público pequeno e participante, que o interrompeu diversas vezes com aplausos.

Disciplinado, Lula falou durante exatos vinte minutos, de improviso, e anunciou que durante a sessão ordinária da tarde de hoje concluirá o seu pronunciamento. Ele defendeu a estabilidade e a jornada de 40 horas, e criticou o abono salarial de Cz\$ 250. O momento em que foi mais aplaudido pelas galerias e plenário foi, porém, quando garantiu que a Constituição era um trabalho coletivo e nenhum setor conseguiria impor sozinho os seus interesses.

Lula comparou a Constituição a um jogo de bola em que, "quando aquele menino chato, o dono da bola", resolve levar a bola para casa, o jogo acaba. Lula foi duro ao criticar o abono salarial concedido aos trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos.

Nem na época mais dura da ditadura militar um presidente foi tão cínico ao pensar que o povo é bobo

## Sistema de governo não agita o debate

O período de discussão do projeto de Constituição, na sessão vespertina da Assembleia Nacional Constituinte, começou ontem antes do horário previsto (15h40). O primeiro orador inscrito, deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB/PE), subiu à tribuna às 15h33 para defender o parlamentarismo. Só depois de seu pronunciamento, desconfiando que o horário de comunicações de lideranças já havia se encerrado, o deputado Amaury Muller (PDT/RS) pediu a palavra para reclamar da forma "sussurrada" com que o presidente da Mesa, Ulysses Guimarães, anunciou a passagem dos períodos da sessão e chegou a sugerir que ele procurasse um especialista para tratar seu "problema de articulação" de palavras.

A sessão de ontem sofreu uma significativa queda de presença e de debate. Dos 357 constituintes presentes ao Congresso, uma média de 20 permaneceu em plenário, ao mesmo tempo em que, nas galerias, o público reduzido não correspondia à manifestação popular que se realizava do lado de fora.

Nem o "tema controverso" e "a discussão apaixonante" que representam o sistema de governo, na

## Cabral é o termômetro do bloco

Os principais líderes do bloco de centro da Constituinte estão certos de que só depois de conhecerem o texto do parecer do relator, Bernardo Cabral, poderão conquistar maior número de adesões ao movimento. Se vier um documento moderado, talvez nem precise tanta mobilização, comentou ontem o líder do PTB, deputado Gastone Righi, com o que concordou Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

Essa expectativa, porém, não impede que os articuladores do bloco trabalhem. Eles estão elaborando um texto alternativo para apresentar hoje, às 10 horas, ao grupo de constituintes que compareceram à reunião no hotel Carlton, no qual alguns pontos correspondem às posições de centro que defendem: reforma agrária apenas em terras não cultivadas, liberdade total para a iniciativa privada, reforma tributária com maiores poderes para os estados e municípios.

Para as possíveis surpresas contidas no texto de relator, o bloco se dividiu em comissões e subcomissões e embora também um manifesto mais longo, no qual faz a defesa dos pontos que considera essenciais incluir na nova carta. A reunião de hoje debaterá esse documento, que será aperfeiçoado no decorrer da próxima semana.

Segundo o deputado Roberto Izar (PFL-SP), eles precisaram se amarrar apenas no que era essencial, sob pena de espantar adesões em potencial. Assim, deixarão livres os integrantes do bloco para votar como desejarem o tamanho do mandato presidencial, sistema de governo, pena de morte, aborto e até reserva de mercado.

Há entre os articuladores a certeza de que serão uma esmagadora maioria em plenário, capaz de inserir no texto constitucional o que desejarem e o grupo estiver de acordo. Mas, garantiu ontem Izar, não pretendem funcionar como rolo compressor sobre os grupos minoritários.

Na reunião de hoje, além do debate sobre o texto previamente preparado eles cuidarão de batizar o bloco, provavelmente como "Vanguarda Democrática". Mas há quem prefira "Avanço Democrático". Depois, farão um levantamento formal do número de assinaturas de adesão, que está estimado em 300.

## Cabral é o termômetro do bloco

Os principais líderes do bloco de centro da Constituinte estão certos de que só depois de conhecerem o texto do parecer do relator, Bernardo Cabral, poderão conquistar maior número de adesões ao movimento. Se vier um documento moderado, talvez nem precise tanta mobilização, comentou ontem o líder do PTB, deputado Gastone Righi, com o que concordou Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

Essa expectativa, porém, não impede que os articuladores do bloco trabalhem. Eles estão elaborando um texto alternativo para apresentar hoje, às 10 horas, ao grupo de constituintes que compareceram à reunião no hotel Carlton, no qual alguns pontos correspondem às posições de centro que defendem: reforma agrária apenas em terras não cultivadas, liberdade total para a iniciativa privada, reforma tributária com maiores poderes para os estados e municípios.

Para as possíveis surpresas contidas no texto de relator, o bloco se dividiu em comissões e subcomissões e embora também um manifesto mais longo, no qual faz a defesa dos pontos que considera essenciais incluir na nova carta. A reunião de hoje debaterá esse documento, que será aperfeiçoado no decorrer da próxima semana.

Segundo o deputado Roberto Izar (PFL-SP), eles precisaram se amarrar apenas no que era essencial, sob pena de espantar adesões em potencial. Assim, deixarão livres os integrantes do bloco para votar como desejarem o tamanho do mandato presidencial, sistema de governo, pena de morte, aborto e até reserva de mercado.

Há entre os articuladores a certeza de que serão uma esmagadora maioria em plenário, capaz de inserir no texto constitucional o que desejarem e o grupo estiver de acordo. Mas, garantiu ontem Izar, não pretendem funcionar como rolo compressor sobre os grupos minoritários.

Na reunião de hoje, além do debate sobre o texto previamente preparado eles cuidarão de batizar o bloco, provavelmente como "Vanguarda Democrática". Mas há quem prefira "Avanço Democrático". Depois, farão um levantamento formal do número de assinaturas de adesão, que está estimado em 300.

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, revelou ontem que a Cia Souza Cruz e a R.J. Reynolds tentaram suborná-lo para que excluísse do projeto da nova Constituição o dispositivo que veta a propaganda de cigarros, bebidas, medicamentos e agrotóxicos em todos os meios de comunicação.

Cabral deu a informação a um grupo de publicitários, na porta do plenário da Câmara ontem às 18 horas, quando lhe pediram que estudasse a possibilidade de transferir para a legislação ordinária a disciplina da propaganda comercial em geral. Um grupo de dez representantes de agências publicitárias — entre eles Rino Ferrari, da Rino Propaganda (SP), Walter Moraes, vice-presidente da Norton Propaganda, e Rejane Laitano, da Denison Propaganda, além de dirigentes do Sindicato das Agências de Propaganda de São Paulo — ouviu, surpreso, a revelação do relator.

Em nome dos propagandistas, Rino Ferrari argumentou, inicialmente, com Bernardo Cabral que as agências consideravam o dispositivo do projeto da nova Carta prejudicial não apenas para o setor de propaganda como também para todos os veículos de comunicação do País, já que os medicamentos, os cigarros, as bebidas e os defensivos agrícolas representam grande percentual da verba que o País gasta com publicidade.

O relator respondeu-lhes que pessoalmente nada iria fazer nesse sentido. Sugeriu que os publicitários apresentassem emendas supressivas do dispositivo e pedissem a algum parlamentar que pedisse destaque para a sua votação na Comissão de Sistematização e, depois, no plenário.

Outro publicitário que participava da conversa

reafirmou, em outras palavras, os inconvenientes da manutenção daquele dispositivo e, então, Bernardo Cabral, interrompendo-o, observou:

"Eu vou ter um comportamento estritamente de acordo com o regimento nesse assunto. Já fui muito pressionado para alterar esses dispositivos e muitos outros, que foram colocados no texto na Subcomissão e na Comissão, na esperança de que eu os suprimisse. Agora, recebo pressões de todo lado para mudar isso ou aquilo".

O relator sugeriu então ao grupo que buscasse contatos com deputados e senadores para que tentassem derrubar o tal artigo na Comissão de Sistematização ou no plenário. E, notando pelo crachá de seus interlocutores que eram publicitários, completou:

"Vocês são publicitários, não tem nada a ver com isso, mas eu já recebi muitas pressões de representantes da Souza Cruz e da Reynolds (não é esse o nome da empresa? — indagou), por causa desse artigo. Se o relator não fosse um homem íntegro, honesto, já estaria milionário a esta altura com as propostas que recebi".

E, dando por encerrada a conversa, completou: "Por isso, vou ter um comportamento totalmente regimental nesse assunto".

### CONTATOS

Os representantes das agências, da Associação Brasileira das Agências de Publicidade e de sindicatos do setor estiveram ontem durante toda a tarde no Congresso, em contatos com parlamentares, em defesa da "liberdade para anunciar". Eles estiveram com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com todos os líderes partidários e dezenas de parlamentares pedindo a revogação do Artigo 404 do projeto da nova Carta.

## Veículos teriam prejuízo

Caso aprovado o artigo 404 do anteprojeto do relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, que proíbe a veiculação de anúncios de cigarros, bebidas alcóolicas, medicamentos e defensivos agrícolas, os veículos de comunicação perderão mais de 20 por cento de suas receitas — o que representa, hoje, Cz\$ 5 bilhões. Em função disso, representantes de veículos de comunicação e agências de publicidade estiveram no Congresso Nacional a fim de, mais uma vez, defender junto a lideranças formais e informais da Constituinte, "o direito de anunciar, já que o fabricante pode produzir esses itens".

Segundo Antônio Mahfuz, o presidente da Associação Brasileira de Agências de Propaganda — Abap — entidade que promoveu ontem o encontro de 150 representantes e donos de veículos de comunicação e de agências de publicidade no Hotel Nacional, todo o setor atingido pelo relatório do artigo 404 (chamado pelos publicitários de "monstrego") está agora mobilizado para "apagar o incêndio" que representaria a aprovação do artigo. Segundo Antônio, outras entidades interessadas, como a

Abert, Associação Nacional dos Jornais, e mesmo os fabricantes desses produtos têm agido separadamente quanto ao assunto.

As entidades presentes ao encontro concordaram em um ponto: a regulamentação — caso ela venha a ocorrer — no setor de propaganda de medicamentos, cigarros, bebidas alcóolicas e agrotóxicos, deve ser matéria de lei Ordinária. Nesse caso, afirmou o presidente da Abap, as entidades envolvidas, através do Conselho Nacional de Auto-regulamentação — Conar — estarão prontas a fornecer todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da lei, já que não há ainda nenhuma proposta. Para Antônio Mahfuz, a Constituinte pode até regulamentar, mas não proibir a propaganda nesses setores.

O presidente da Abap diz que a publicidade já dispõe de um rígido código de ética, fiscalizado pelo Conar, que proíbe a veiculação de propagandas de cigarros e bebidas alcóolicas antes das 21 horas. Segundo ele, na União Soviética, onde não há a publicidade, o índice de alcoolismo é o mais alto do mundo. Nos Estados Unidos a propaganda desses mesmos itens é proibida.

## Koyu desmente as declarações contra Brizola

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, distribuiu, ontem, aos jornalistas, cópias do telex do deputado Koyu Iha, no qual ele desmente declarações publicadas na imprensa, se coloca à disposição da Justiça, para o "restabelecimento da verdade" e se confessa "incomformado" pela situação criada.

As declarações de Koyu Iha, serviram de base a uma interpelação do ex-governador Leonel Brizola que o Supremo Tribunal Federal — STF — despachou, dando prazo de 48 horas ao presidente Sarney, para que confirme ou desminta as declarações do deputado. Koyu Iha, em entrevista publicada nos principais jornais do País, disse ter ouvido do presidente Sarney que o ex-governador do Rio, Leonel Brizola, seria o responsável pelo atentado contra a comitiva pre-

sidencial, no Rio, no último dia 25 de junho.

No telex que encaminhou a Costa Couto, o deputado transcreve texto que encaminhou à imprensa, no qual relata encontro com o Presidente no dia de sua entrevista. Ele garante que neste dia, Sarney limitou-se a receber sua solidariedade pelo atentado, mas "em momento algum discutiu o incidente". O desmentido do parlamentar deverá integrar parte da resposta que o Presidente deverá encaminhar ao Supremo Tribunal Federal, negando as declarações que lhes foram atribuídas responsabilizando Brizola pelo atentado, disse um assessor.

O ministro Costa Couto não soube informar se, até ontem à noite, havia chegado ao Palácio do Planalto, despacho do Supremo Tribunal sobre a interpelação do ex-governador Leonel Brizola.